
010ª SESSÃO ORDINÁRIA 24FEV2016

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra.

A Sra. Sofia Cavedon (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de discussão de Pauta. Após retornamos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu venho a esta tribuna, neste tempo de Liderança do meu Partido, o PCdoB, a partir de uma publicação de ontem, no Face da nossa Deputada Manuela d'Ávila, sobre as declarações do Secretário de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul. Era uma matéria da RBS sobre o problema da segurança pública no Estado, com uma entrevista do Sr. Secretário Wantuir Jacini. "Mais uma afirmação infeliz", diz a nossa Deputada. E eu concordo sem dúvida nenhuma. O Secretário afirmou categoricamente: "Não ando por essas vilas", se referindo aos locais onde as operações da polícia foram realizadas em função de confrontos entre facções no final de semana. Questionado sobre a nomeação dos concursados – algo que o mandato da nossa Deputada vem acompanhando de perto desde o ano passado –, o Secretário afirmou que precisa de mais recursos para contratação. Uma pergunta da Deputada Manuela: "Se a questão é mais caixa, queremos saber por que os 2,5 mil aprovados no concurso da Brigada Militar, o que custaria 6,1% ao ano dos valores adicionados pelo aumento do ICMS, ainda não foram contratados." Ou

seja, aumenta o ICMS, 6,1% desse aumento seria o custo dos concursados, mas eles não foram chamados, nem vão ser, segundo o Secretário.

Queria fazer algumas considerações, embora rápidas pelo tempo de Liderança. Um Secretário dizer categoricamente, em uma entrevista, em um momento de dificuldades objetivas pela crise, sim, pela crise do capitalismo, pela crise que gera cada vez mais violência e pela ausência, muitas vezes, do Estado como ente público e de políticas públicas, “eu não ando por essas vilas, porque não tenho nenhuma ligação com essas vilas. Eu ando em outros lugares, ando sozinho, não é o tipo de bairro que eu vou e, quando vou a esses bairros, vou profissionalmente”... Não sei se ele vai profissionalmente, porque, se fosse, deveria estar lá num momento como esse. Não é uma ligação pessoal do Secretário, essa é uma ligação de dever de Estado, de necessidade de um Secretário de Estado de Segurança Pública, em determinados momentos, conhecer as vilas da cidade de Porto Alegre. As vilas por onde ele não anda é onde moram os trabalhadores, é a Vila Cruzeiro, é a Zona Sul; são os bairros Bom Jesus, Vila Jardim, Rubem Berta, na Zona Leste. Aliás, o Rubem Berta, o bairro como um todo, não é somente o conjunto habitacional do Rubem Berta, ao lado do Leopoldina; Rubem Berta é o bairro onde existe o maior índice de violência e de morte de jovens, não porque são criminosos, não porque nascem criminosos, mas por falta de políticas públicas – principalmente a juventude negra é marginalizada por falta de políticas públicas. É nesses bairros que o Sr. Secretário não anda. Eu acho que o Secretário, com essa declaração, ajuda a aumentar a marginalização das periferias, e isso é uma das razões óbvias da violência: faltam políticas públicas principalmente para a nossa juventude. E aquele ser humano que se sente marginalizado acaba não valorizando a sua própria vida, quando um Secretário de Estado diz que não anda por essas vilas! Nessas vilas moram os trabalhadores, que geram ICMS com o seu trabalho e que merecem políticas públicas; que merecem, pelo menos, um olhar com dignidade de um Secretário que diz não andar pelas vilas. Ele deve andar pelos bairros, não é? Aqui também temos que dizer a realidade objetiva: nos bairros ricos, também tem o que tem nas vilas; também tem as facções atuando, o tráfico de drogas. Então, não vamos marginalizar os trabalhadores, dizendo que é só nas vilas que isso ocorre. Isso nos revolta muito. O Secretário diz que tem que prender mais e mais, mas 80% dos presos têm reincidência. Não há políticas

públicas para reinseri-los na sociedade, não há ação do Estado em políticas públicas para a juventude.

Outro aspecto é que não chamam os concursados, não chamam a segurança nacional, parcelam os salários dos servidores, cortam as horas extras dos policiais e dizem que não vão às vilas, porque lá está a marginalidade. Eu acho um desrespeito.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): A Ver.^a Jussara Cony prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. JUSSARA CONY: Não adianta prender e não ter políticas públicas para evitar a violência, para formar e capacitar principalmente a nossa juventude. Tem uma questão fundamental. Não faz muito tempo, em setembro de 2015, numa reunião com o Governador Sartori, a Secretária Nacional de Segurança Pública Regina Miki disse que a força policial estaria à disposição do Estado quando fosse necessário. Em outro momento, quando tivemos aquelas questões relativas à Vila Cruzeiro, solicitou ao Governador, porque é ele que tem que pedir a força policial, e o Governador disse que não precisava. Primeiro, a possível convocação dos policiais aprovados em concurso, ele descartou devido à crise financeira que atinge o Estado. O Secretário disse que, se o Governador pudesse, daria mais dinheiro. Não é questão de dar mais dinheiro, a segurança pública é uma questão de prioridade estratégica no Estado do Rio Grande do Sul.

Em relação à questão da Força Nacional, o Secretário afirmou que não poderia ser acionada no Estado porque, neste ano, se dedicará aos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro. Isso aqui é uma falácia! É uma falácia, porque a Força Nacional está à disposição. A Secretária disse isso ao Governador: em 48 horas, se necessário – já está em outros Estados –, estaria no Rio Grande do Sul. O próprio Governador, quando o Prefeito solicitou, foi contra, disse que não havia necessidade da Força Nacional. A política do Governador é apartada das necessidades da Cidade e de uma articulação republicana, quando necessária, com o Governo Federal. Isso é não atender para as suas obrigações em relação à segurança pública, em relação ao Estado do Rio Grande do Sul.

Eu repito: não chama os concursados. Do dinheiro do ICMS, cuja arrecadação aumentou, apenas 6,1% são necessários para garantir a chamada dos concursados da polícia. Não chama a segurança nacional, diz que não precisa, se sente o “rei da cocada”! “Ah, não precisa da segurança nacional!” Isso não é ato de um Governador! Se precisar, tem que chamar a Força Nacional, que estará à disposição sim, como tem que estar, é dever! É dever de estado, é dever da União! Repito: a Secretária disse ao Governador que, se houvesse necessidade... Isso em setembro de 2015! Parcela o salário de todos os servidores e corta as horas extras. Então, eu creio que nós estamos num momento de muita dificuldade.

Eu queria, em tempo de oposição, saudar, Ver.^a Sofia – V. Exa., que me deu a possibilidade de continuar –, a data histórica de hoje na luta das mulheres: 84 anos da conquista do voto feminino, 1932, que aconteceu por luta das sufragistas, das mulheres brasileiras. Foi um grande marco na história das mulheres pela disputa de poder, pela participação para a construção... Acho que a história é nossa aliada, para, no tempo de hoje, nós fazermos avançar os direitos e uma maior participação das mulheres na luta política por transformações. O dia 24 de fevereiro foi um marco na nossa história. Foi assinado o decreto provisório, durante o Governo de Getúlio Vargas, e o voto feminino no Brasil foi assegurado após intensa campanha nacional pelo direito das mulheres ao voto. Hoje, mais do que nunca, está na ordem do dia, vemos o significado da luta e da participação das mulheres nos espaços de poder. O que as mulheres querem no processo da reforma política? Que se fortaleça a democracia. E se fortalece a democracia com a equidade de gênero, com a garantia da participação das mulheres nas listas dos partidos para concorrer aos espaços de poder, tanto legislativo quanto executivo, por uma sociedade justa, igualitária, com justiça social, com ampliação da democracia e sem absolutamente nenhum retrocesso nas conquistas históricas das mulheres, dos trabalhadores e do povo brasileiro.

Portanto quero saudar, em nome da nossa oposição aqui nesta Casa e das mulheres desta Casa, os 84... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...anos dessa grande conquista, que foi fruto da luta das mulheres daquela época e continua na ordem do dia para as mulheres de hoje: a conquista do voto feminino. Não a conquista do voto pelo voto, mas o voto conquistado pela história de cada mulher com a sua luta individual, que vem por um

processo coletivo para buscar as transformações, para que, um dia, nós possamos viver numa sociedade em que as nossas diferenças naturais não sejam usadas para oprimir, para explorar e para excluir as mulheres, mas que sejam entendidas como estratégicas, para que possamos construir uma sociedade de iguais, uma sociedade emancipacionista, porque o grau de emancipação das mulheres é a medida do grau de emancipação de uma sociedade para todos. Homens e mulheres com as suas diferenças e, além das diferenças... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, senhoras e senhores membros desta Casa, público que nos assiste, trabalhadores da companhia de transportes de Porto Alegre, a Carris; Ver.^a Jussara Cony, acho que o Secretário tem que andar realmente nas vilas de Porto Alegre, se ele só anda no asfalto...

Faz três dias que eu acordo pensando que estou ouvindo “The Wall”, do Pink Floyd. Eu moro perto da Vila Bom Jesus, parte de Porto Alegre onde as pessoas estão sendo queimadas vivas, esquartejadas. Então eu acordo de manhã sempre com o helicóptero e as sirenes da Brigada Militar. Convido o Secretário para fazer uma excursão às Vilas Bom Jesus, Pinto, Safira, Rubem Berta; convido para andar pelas vilas da Cidade, e ele vai ver a grande realidade de Porto Alegre. Nossa gloriosa Brigada Militar tem feito o possível e o impossível mediante as condições dela.

Volto a esta tribuna para falar de um novo presente que o Governo anuncia para a Páscoa dos trabalhadores. O Governo Federal tem dado vários presentes para os trabalhadores, Ver. Tarciso. No final do ano passado, deu vários presentes, este ano; e, agora, o Governo Federal resolveu dar um coelhinho de Páscoa para os trabalhadores anunciando o congelamento do salário mínimo! Este Governo anunciou a retirada – falei aqui na segunda-feira – de R\$ 25 bilhões do Orçamento. Este Governo já tirou do povo brasileiro, no total, bilhões e bilhões da saúde; fez um corte, no período de 2015 a 2016 – e estamos recém no início de 2016 – de R\$ 112,6 bilhões; este Governo cortou da saúde R\$ 15,45 bilhões; cortou da educação, a Pátria educadora, R\$ 11,72 bilhões; cortou do

PAC R\$ 36,21 bilhões; acabou com o seguro-desemprego, acabou com o salário das pensionistas, vem acabando com o FGTS, pois vem fazendo saques a fundo perdido: no ano passado, foram R\$ 61 bilhões e, este ano, R\$ 12 bilhões; este Governo, na região de Porto Alegre, desempregou 180 mil pessoas, o DIEESE divulgou isso agora. O Governo Federal diz que vai congelar o salário mínimo, o seu Ministro disse isso, divulgou isso. Este Governo demitiu 9,1 milhões de trabalhadores e não vai conceder novas desonerações de impostos.

A indústria nacional precisa vender, precisa competir com as indústrias que têm desoneração lá fora, ela precisa competir. Agora, na Argentina, assumiu um presidente liberal, que está dando desoneração total naquele país. As indústrias brasileiras precisam competir, pois não pode o produto chinês chegar aqui livre de imposto, não pode o vinho do Mercosul chegar aqui livre de imposto, e o nosso vinho ser sobretaxado. Não pode a nossa indústria têxtil ter o imposto lá em cima, e as indústrias têxteis indianas e chinesas chegarem aqui, e o Governo dizer que não terão impostos. O Governo diz que vão acabar os investimentos para os convênios com Estados e prefeituras, convênios da área da saúde, educação, infraestrutura e renovação de frota; o Governo diz que vai acabar com esses investimentos. E o Governo diz que não vai realizar mais nenhum concurso público nem conceder aumento para servidores federais. Aí, lá no final, o Governo diz que vai suspender todos os reajustes do salário mínimo, as concessões de aposentadorias, as concessões que ele faz para os trabalhadores.

Então, já disse na semana passada, nós vivemos no mundo do “Mágico de Oz”: de uma hora para outra, vai surgir o homem de lata, vai surgir o coelho que eu não sei o quê, vão surgir coisas irreais. E assim surgem as coisas irreais neste País: um desemprego galopante... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...uma recessão, um desemprego, e os banqueiros, cada vez mais, ganhando dinheiro às custas dos trabalhadores brasileiros.

Nós estamos aqui fazendo este novo alerta sobre esse presente de Páscoa, porque o Ministro disse que será a partir de março. Como em março já chega a Páscoa... Então, o Governo, que deu um presente de Natal para os trabalhadores no apagar das luzes, dá agora um presente de Páscoa, que é o desemprego, o arrocho, a recessão e o congelamento do salário mínimo e dos investimentos na geração de emprego e renda e, principalmente, na infraestrutura. Com muita força, fé e solidariedade, nós vamos seguir

lutando para este Brasil crescer, gerar emprego e renda para os trabalhadores brasileiros.
Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Passamos à

PAUTA

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Sr. Presidente, Ver. Villela; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; nós estamos compondo este plenário, então nós adiantamos a Pauta exatamente para termos um quórum qualificado para a Ordem do Dia, até porque temos projetos importantes em Pauta, como o dos *royalties* do petróleo, em que nós precisamos de 25 votos, é a segunda votação.

Temos a presença – e eu quero cumprimentar – dos vigilantes e das vigilantes da Carris, Uma presença significativa. O Ver. Kopittke está intermediando um diálogo com a Prefeitura, através de uma Indicação, na busca de uma estabilidade, de uma valorização que vocês merecem, porque, afinal, a nossa empresa é uma empresa pública. A função que vocês exercem é semelhante à função de segurança dos próprios e do serviço público que a Guarda Municipal faz. A gente sabe que não é um debate fácil em função da Constituição, mas é um debate que deve ser feito em respeito à luta de vocês, em respeito a tantos ataques que, infelizmente, muitas vezes, a Carris recebe, e a algumas demissões inaceitáveis, como as que nós vivemos no ano passado. Inaceitáveis, persecutórias, de lideranças dos trabalhadores que defendiam a segurança dos trabalhadores e dos usuários no caso da greve geral da segurança pública. Infelizmente, demissões estão sendo revertidas na Justiça e não no diálogo político e no reconhecimento do erro político que foi cometido no ano passado.

Fiz esse gancho, peço desculpas ao Presidente, porque, na verdade, este é o momento de discussão de Pauta, e eu preciso me referir aos projetos que aqui estão e iniciam a tramitação.

Quero fazer referência ao PLCL nº 033/15, de autoria da Ver.^a Pérola Sampaio, que me substituiu por uma semana no final do ano passado, para nossa alegria, para nosso orgulho. É uma Vereadora suplente da Bancada do PT, uma Vereadora negra que vem da luta do povo negro e que pôde participar da construção bonita, valorosa e emblemática para a cidade de Porto Alegre que esta Casa fez do feriado do dia 20 de novembro, com toda a legitimidade de ser uma mulher e uma Vereadora negra.

A Ver.^a Pérola pôde apresentar um projeto de lei que inicia sua tramitação, em que ela se preocupa com a questão ambiental, com o saneamento básico, com o tratamento dos esgotos. Ela propõe que, para obter a licença ambiental de instalação, os condomínios e os edifícios que contenham cem ou mais unidades autônomas prevejam a construção de Estações de Tratamento de Esgoto – ETEs –, a ser regulamentado pela Prefeitura o tipo ou a fase de tratamento do esgoto.

De fato, é um problema que assola a nossa Cidade, o nosso País, que tem a ver com um problema grave que o País inteiro combate, e o mundo inteiro também, que é o mosquito *Aedes aegypti*, que transmite doenças muito graves, agora com suspeitas de causar deficiências nas nossas crianças, transmitindo o zika vírus. Tem a ver com a escassez de água no Planeta, tem a ver com a dificuldade da preservação de rios, arroios, como é a necessária preservação do nosso estuário do Guaíba. A Ver.^a Pérola atenta não só à luta das mulheres, do povo negro, mas também à questão ambiental.

Chamo atenção, senhores e senhoras, para o fato de que a primeira comissão para a qual este projeto vai ser a CCJ. Que o olhar dessa comissão seja menos burocrático e mais perceptível aos grandes temas contemporâneos para os quais precisamos dar respostas, sugerir atitudes e políticas ao Governo Municipal. Então, que os grandes condomínios assumam o seu esgoto cloacal me parece uma medida excelente e educativa. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ALBERTO KOPITCKE: Muito boa tarde a todas e a todos; Sr. Presidente, Ver. Guilherme Socias Villela, nosso sempre Prefeito; caros colegas; eu também começo aqui, como a Ver.^a Sofia, saudando os vigilantes da nossa Carris aqui presentes, que são os

protetores da nossa rede de ônibus, que vieram hoje pedir ajuda aos colegas para que possam levar ao Prefeito a análise da luta que eles têm para serem incorporados na nossa Guarda Municipal. Um tema obviamente complexo, mas que merece – e este é pedido dos colegas – uma análise primeiro política e, depois, com a predisposição desta Casa, uma análise definitiva do Prefeito. Por isso nós temos o ponto 13 – eu juro que não fui eu que escolhi o número –, que é um indicativo sobre esse tema, essa luta dos colegas, que é urgente. Todos sabem que o tema da segurança... Na verdade, é uma luta até maior, para que a nossa Guarda Municipal como um todo possa se unir, possa se unificar, possa ter seus direitos, sua valorização cada vez maior na nossa Cidade. Esses colegas, inclusive, têm porte de arma, mas, em razão de outras prioridades da atual Gestão, estão com esse porte vencido. Se não me engano, os colegas têm seis ou sete armas – seis agora, uma foi roubada –, mas essas armas, há mais de um ano, estão com o porte vencido, o que demonstra a urgência de eles terem um olhar mais atento por parte da Gestão, de serem incorporados na estrutura geral, para fortalecerem a nossa Guarda e poderem executar o seu trabalho, que é um trabalho de que toda a Cidade necessita urgente: nós precisamos de mãos, mentes de cada um e cada uma para este momento de crise da segurança. Então, mais do que nunca, sejam bem-vindos, parabéns pela luta, que segue a luta de outras companhias, de empresas públicas de vigilantes como as do Rio de Janeiro, que obtiveram sucesso, inclusive com reconhecimento judicial de incorporação à Guarda Municipal, num caso praticamente igual ao de vocês. Nós temos um precedente, temos a necessidade, temos a urgência, por isso será muito importante se os colegas puderem acolher e fazer esse debate na nossa Ordem do Dia.

Por fim, para cumprir o nosso protocolo falando em Pauta, saúdo o projeto da Ver.^a Pérola, que ocupou a nossa bancada na Semana da Consciência Negra. A nossa bancada trocou toda – aliás, uma belíssima iniciativa, sugestão do Ver. Marcelo Sgarbossa – durante a Semana da Consciência Negra, foi ocupada por negros. Uma das Vereadoras que assumiu a Vereança foi a Ver.^a Pérola Sampaio, lá da Restinga, jovem militante, negra, da comunidade e que fez um belíssimo projeto que tem a ver com o desenvolvimento da nossa Cidade, para que a gente possa, a cada cem unidades autônomas construídas, ter uma Estação de Tratamento de Esgoto, algo fundamental para melhorar o saneamento básico.

Deixo aqui esses dois temas, pedindo a compreensão dos colegas para que a gente possa fazer um debate tranquilo e remeter para análise jurídica da nossa Prefeitura, que, eu tenho certeza, com a crise que a Cidade vive, vai saber olhar com a urgência e a importância que tem esse tema, ou seja, nós termos mais um conjunto de membros unidos à nossa Guarda e lutando pela segurança da nossa Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; quero falar de dois temas e serei bastante objetiva. A nossa bancada, assim como a maioria dos partidos, está envolvida nas comemorações, celebrações e lutas do dia 8 de março.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Ver.^a Sofia, desculpe, mas eu preciso fazer um esclarecimento. O Ver. Kopittke falou em tempo de Liderança do PT, e a Ver.^a Jussara falou pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Não, o Ver. Kopittke falou em Pauta. Então, nós estaremos, na semana que vem, iniciando o mês da mulher. A Câmara terá atividades construídas coletivamente a partir do dia 2 de março até o final do mês, atividades de formação, de homenagem no dia 8, com filmes e exposições junto ao Memorial, e terminará o mês com um grande seminário. Traremos para cá as universidades e pessoas de fora do Estado para discutir como alterar a condição da mulher a partir da educação. Nós gostaríamos que o conjunto da Casa – estaremos distribuindo, daqui a pouco, a programação geral –, na semana que vem, na quarta-feira, no início da tarde, participasse conosco da abertura do mês da mulher.

Peço licença aos meus colegas Vereadores para adiantar o tema, pois, agora, abrindo a Ordem do Dia, nós debateremos o tema dos *royalties* do petróleo para a educação, que precisa de 25 votos. Nós tivemos, com a descoberta do Pré-Sal em 2010, uma legislação que estabeleceu um novo marco regulatório da exploração do petróleo, do gás natural e

de outros hidrocarbonetos fluidos, criando o Fundo Social vinculado à Presidência da República. Este Fundo Social consta de fontes de recursos dessas riquezas destinadas ao desenvolvimento social e regional. Isso foi em 2010. Já em 2013, a legislação votada, depois das manifestações de rua em grande escala, a Lei nº 12.858, definiu que as Receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios referentes a contratos celebrados sob os regimes de concessão, cessão onerosa e partilha de produção devem ser aplicadas em educação, prioritariamente na Educação Básica, e na saúde: 75% na educação, e 25% na saúde. Essa legislação, para o Brasil, foi um marco, foi resultado da luta popular e um marco para o desenvolvimento social.

Há, é verdade, um litígio sobre o quanto deve vir para cada Município, para cada Estado, porque os Estados produtores estão discutindo essa repartição. No entanto, a legislação posterior a isso – essa mesma legislação de 2013 – definiu que haverá, sim, repasse para os Estados, Municípios e Distrito Federal, para os que determinarem aplicação em educação e em saúde em legislação própria, acrescentando ao mínimo previsto obrigatoriamente na Constituição. Depois, em 2014, uma nova legislação federal, a legislação do Plano Nacional de Educação, ratificou as determinações da lei e exigiu a existência de uma lei específica para que a gente assegure o que prevê o Plano: chegar a 10% do PIB em educação em dez anos.

A votação que faremos não tem discussão – por isso aproveitei e encaminho, então, a minha fala –, é a segunda votação da legislação própria para o Município de Porto Alegre e exige 25 votos. Nós já fizemos a votação no final do ano, a primeira; dez dias depois, se torna possível fazer a segunda. O Município de Porto Alegre, com esta legislação, estará cumprindo a legislação federal e estará pronto para receber a sua parte, a parte que lhe toca dessa grande riqueza que está em debate no País, cujo marco regulatório está em debate: se nós vamos manter sob controle social destinado a fundo público. Mas a nossa parte, enquanto Porto Alegre, votando hoje de tarde, nós estaremos fazendo, e a Cidade estará pronta, com lei específica para receber essa parte da riqueza e investir em saúde e em educação. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas, falo em nome do PSOL – em nome do Ver. Prof. Alex Fraga e em meu nome – e quero falar sobre dois assuntos bastante pertinentes na tarde de hoje e na agenda da Câmara de Vereadores. Primeiro, cumprimento os nossos vigilantes, os rodoviários e rodoviárias da Carris. O tema do transporte coletivo é um tema bastante importante para todos nós, e, lamentavelmente, tem sido objeto de lucros abusivos de meia dúzia de empresários às custas da nossa população. Com toda a certeza, a nossa bancada votará favoravelmente à Indicação de que os vigilantes sejam integrantes da nossa Guarda Municipal como parte de uma política de segurança pública e de valorização dos nossos municipais e municipais que trabalham valorosamente na segurança do nosso Município. Os nossos trabalhadores da Carris também sofrem na pele essa política de sucateamento da empresa pública, resultado de má gestão, num verdadeiro cabide de empregos, com mais de 65 CCs, companheiros e companheiras, aprovado por esta Câmara de Vereadores em 2012, fazendo com que milhões de reais dos cofres públicos sejam utilizados para acomodar os partidos da base aliada do Governo Fortunati/Melo, à revelia da necessidade de uma gestão técnica, de uma gestão de trabalhadores que conhece a realidade do serviço público. É muito importante eu dizer isso, porque um dos argumentos que usam contra a nossa empresa pública, quando falamos da necessidade de avançar no transporte 100% público, é que é uma empresa deficitária. Isso é uma mentira, porque, pelo número de passageiros pagantes, a Carris é superavitária. E aí está a auditoria do Tribunal de Contas para comprovar: é a única empresa que coloca o óleo *diesel* nos valores reais e não acima dos valores de mercado, como fazem as outras empresas privadas para aumentar a tarifa de ônibus; é a única empresa que tem maior reconhecimento da população no que diz respeito à qualidade, muito embora esteja sendo sucata por este Governo. E o que leva ao déficit da Carris é justamente esse verdadeiro cabide de empregos e a má-gestão da empresa por essa administração. É preciso também, neste momento de debate do transporte coletivo, dizer com todas as letras que esse aumento colocado, a partir de segunda-feira – por decreto! –, pelo Governo Fortunati é um aumento abusivo, é um aumento ilegal. Abusivo, porque foi bem acima da inflação, abusivo, porque não é compatível com a renda dos trabalhadores, como determina a Lei Orgânica; ilegal, porque descumpriu a lei municipal que obriga a

apresentação da planilha para o Conselho Municipal de Transporte Urbano. Em 30 anos, nunca houve um aumento no “canetaço” como agora; inovou, entre aspas, a administração Sebastião Melo/Fortunati. Isso precisa ser combatido de todas as formas, porque, na verdade, é uma forma de suprimir todas as liberdades democráticas, para garantir que um aumento abusivo passe a vigorar às custas da população. Aí eles dão vários argumentos: o bode expiatório são os motoristas e os cobradores, o que é uma verdadeira mentira. Um salário de motorista, em 1994, comprava 1.187 passagens; um salário de motorista, em 2016, compra 646 passagens. Isso significa que eles estão aumentando as passagens, aumentando a sua margem de lucro e massacrando os trabalhadores do transporte coletivo.

Outro bode expiatório... Inclusive, o Prefeito foi desmentido no ar, na rádio Gaúcha, era que todos os ônibus novos tinham ar-condicionado. Mais de 30% não vieram com ar-condicionado, e nós temos denúncias de que muitos ônibus foram apenas pintados “para inglês ver”, para tentar enganar a população, para justificar esse aumento abusivo. Disseram que o aumento é necessário, porque vai melhorar a qualidade do transporte nos bairros. Menos de 12 veículos entraram a mais na frota! Para os que entraram, novos, entre aspas, outros foram aposentados, e apenas 12 novos estão na frota. Isso significa o quê? Que não haverá mais linha para o Rubem Berta, Ver. Mauro Pinheiro, que não haverá mais linha para a Restinga, como tanto a população reclama.

Então, nós entramos na Justiça contra esse aumento: eu, o Ver. Alex Fraga, o Deputado Pedro Ruas, Luciana Genro, Roberto Robaina. Mas nós temos a convicção de que é necessário ampliar a luta para garantir que a indignação do povo seja canalizada para uma mobilização e uma organização de luta de rua. Que jurídica e politicamente a gente derrote esse aumento, como fizemos em 2013.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): (15h07min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

A Sra. Sofia Cavedon (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que a votação, em 2º Turno, do PELO nº 002/13 passe para o final da priorização, já que a votação necessita da maioria absoluta dos Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim, o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) 12 votos **SIM**; 4 votos **NÃO**. Não há quórum.
Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h10min.)